



CONCURSO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



EDITAL Nº. 001/2011

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha. Leia-o atentamente.
- 07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
- 08 - Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, observando o nome do cargo na parte superior da próxima página, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido, estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 10 - O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos, após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
- 11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita (segunda-feira).
- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no item 8 do Edital nº. 001/2011, sendo observados os seguintes aspectos:
- a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no site www.idecan.org.br.
- b) A interposição de recursos poderá ser feita **somente via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no site www.idecan.org.br, no link correspondente ao Concurso Público.



C
A
D
E
R
N
O

D
E

P
R
O
V
A
S

TEXTO I:

Quando o prêmio Nobel de Física Richard Feynman (1918 – 1988) esteve no Brasil, nos anos 50, ficou assombrado com o que viu. Ao tomar contato com estudantes às vésperas do vestibular, espantaram-no tanto pendor local pela decoreba de fórmulas como a completa ignorância sobre seu significado. Anos mais tarde, registraria em seus escritos aquilo que entendeu como um paradoxo brasileiro: entre os estudantes do mundo inteiro, os jovens que conheceu nos trópicos eram os que mais se debruçavam sobre a física e os que menos sabiam sobre a matéria. À medida que o ensino médio foi se expandindo no país – em seis décadas, o percentual de jovens matriculados passou de 3% para os atuais 51% –, a desvantagem escolar observada por Feynman só se agravou. As aulas são rasas, desinteressantes, incapazes de preparar os estudantes do século XXI para disputar espaço em um mercado de trabalho global, no qual a capacidade de inovar é cada vez mais valiosa. Alerta o sociólogo Simon Schwanzman: “Se não começar a desatar os nós do ensino médio, o Brasil vai ficar para trás”.

O recém-divulgado Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prova aplicada pelo Ministério da Educação a 3,2 milhões de estudantes do país inteiro, dá a dimensão exata do abismo a vencer. É um espanto. Dos 23.900 colégios públicos e particulares submetidos ao teste, não mais que 1.500 ou 6% da amostra – têm nível semelhante ao das escolas de países da OCDE (organização que reúne os mais ricos). O Enem trata de desmistificar uma ilusão que muitos pais cultivam ao matricular seus filhos em uma instituição privada – a de que eles ganharão um passaporte para o sucesso na vida adulta. Pois mesmo muitas das escolas que têm renome, prédios vistosos e mensalidades altas não resistem à comparação com suas congêneres estrangeiras: 80% oferecem na sala de aula qualidade equivalente à das escolas apenas medianas do mundo desenvolvido. Pasmem: na faixa dos 15 anos, estudantes demonstram dificuldade de resolver operações simples de matemática, como frações e porcentagens e de compreender textos curtos.

(Revista Veja, 19 de setembro de 2011, pág. 93)

01) Com relação às ideias do texto, analise.

- I. Os estudantes brasileiros não estudam tanto quanto os estudantes de países da OCDE.
- II. O mercado de trabalho global precisa de estudantes que sejam capazes de reter informações.
- III. Considerar que as escolas particulares brasileiras estão em condições de preparar bem os alunos é um erro apontado pelo Exame.
- IV. Com a expansão do Ensino Médio, a desvantagem escolar observada por Feynman nos anos 50 tornou-se mais acentuada.
- V. O fato de os estudantes brasileiros não aprenderem o que estudam demonstra que eles possuem pouca capacidade de entendimento.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, III, IV B) II, IV C) I, II, V D) III, IV E) III, IV, V

02) NÃO haverá alteração de sentido caso se substitua

- A) “tanto pendor local pela decoreba de fórmulas” (1º§) por tanto medo local da decoreba de fórmulas.
- B) “que entendeu como um paradoxo brasileiro” (1º§) por que entendeu como uma particularidade brasileira.
- C) “À medida que o ensino médio foi se expandindo no país” (1º§) por Na medida em que o ensino médio foi se expandindo no país.
- D) “comparação com suas congêneres estrangeiras” (2º§) por comparação com suas rivais estrangeiras.
- E) “O Enem trata de desmistificar uma ilusão” (2º§) por O Enem trata de desmascarar uma ilusão.

03) Marque a alternativa INCORRETA.

- A) A expressão “a desatar os nós” (1º§) é empregada no texto em sentido figurado.
- B) O trecho “a de que eles ganharão um passaporte para o sucesso na vida adulta” (2º§) completa o sentido de “uma instituição privada” (2º§).
- C) Em “à das escolas apenas medianas do mundo desenvolvido” (2º§) está subentendido o termo “qualidade” (2º§) depois de “à”.
- D) Regras diferentes justificam a acentuação das palavras do texto: “prêmio”, “médio” e “reúne”.
- E) Em “prédios vistosos e mensalidades altas não resistem” (2º§), a forma verbal destacada exige a preposição “a”.

04) Em “Quando o prêmio Nobel de Física” (1º§), “Se não começar (1º§)” e “À medida que o ensino médio foi” (1º§) ocorre, respectivamente, ideia de

- A) tempo / condição / proporção
- B) comparação / condição / proporção
- C) tempo / tempo / comparação
- D) comparação / condição / tempo
- E) tempo / condição / tempo



05) O acento grave foi devidamente utilizado em

- A) Para que o Brasil se desenvolva, uma educação de qualidade deve ser oferecida à todos os jovens.
- B) Os números se referem à estudantes das escolas particulares e públicas de todas as regiões do Brasil.
- C) Richard Feynman, prêmio Nobel de Física, começou à observar o desempenho dos estudantes brasileiros a partir de 1950.
- D) As escolas brasileiras devem se preparar à partir de agora para oferecerem aos jovens uma educação de qualidade.
- E) Eles chegaram à escola no momento em que os alunos estavam na sala de aula sem nenhuma atividade.

TEXTO II:

Várias razões explicam o cenário de terra devastada – a começar pelo despreparo dos professores. A maioria deles desembarca na sala de aula sem nenhuma estratégia para despertar o interesse de jovens inseridos em um mundo no qual o saber enciclopédico deixou de fazer sentido diante da Internet. Na verdade, as deficiências de nossos mestres começam no nível mais básico. Os egressos das faculdades de pedagogia e das licenciaturas sabem pouco, ou nada, de didática, já que 80% do que aprenderam foram teorias obsoletas permeadas de bordões ideológicos.

(Revista Veja, 19 de setembro de 2011, pág. 93)

06) Em “o cenário de terra devastada” ocorre um(a)

- A) metáfora.
- B) catacrese.
- C) eclipse.
- D) prosopopeia.
- E) eufemismo.

07) As palavras “egressos”, “obsoletas” e “bordões” são empregadas no texto, respectivamente, com o sentido de

- A) estudantes / que caíram em desuso / palavra ou locução sem função morfossintática que se repete de forma automática.
- B) que deixaram de fazer parte de uma comunidade / antiquadas / locução resultante de grande reflexão.
- C) que saíram / antiquadas / palavra ou locução que se repete geralmente de forma inconsciente.
- D) estudantes / equivocadas / expressão resultante de muita reflexão.
- E) que deixaram de fazer parte de uma comunidade / errôneas / expressão comum em determinada área do conhecimento.

08) Tendo em vista a norma culta, assinale a alternativa INCORRETA quanto à concordância verbal.

- A) A maioria deles desembarca na sala de aula sem nenhuma estratégia.
- B) 1% dos alunos conhecem modernas teorias.
- C) A causa de tantos jovens não terem conhecimentos básicos estão no ensino fundamental.
- D) 1% do alunado se encontra despreparado para ingressar no mercado de trabalho.
- E) 80% aprenderam teorias obsoletas.

TEXTO III:

No romance *São Manuel Bueno, Mártir*, Miguel de Unamuno apresenta um personagem que, utilizando um discurso anticlerical, repetia constantemente que a sociedade espanhola continuava influenciada por uma mentalidade feudal e medieval: “Feudal e medieval eram os dois qualificativos que esbanjava quando queria condenar alguma coisa”.

Régine Pernoud, no seu *Pour en finir avec la Moyen-Age*, menciona o mesmo costume verbal, numa França que tanto deve à Idade Média. Para criticar uma situação considerada criticável, seja sobre demografia, política, analfabetismo, educação etc., as pessoas empregam frases como “Não estamos mais na Idade Média”, “É um retorno à Idade Média” ou “É uma mentalidade medieval”, o que faz o interlocutor entender automaticamente que está diante do que há de mais execrável na história humana.

Por mais que os medievalistas nos últimos 150 anos tenham demonstrado com documentos, monumentos e argumentos que os dez séculos da chamada Idade Média não foram tão monstruosos assim (ou que pelo menos essa não foi a única fase monstruosa que o ser humano já viveu neste planeta...), esse “rótulo” tornou-se um dos mais fáceis de usar. Recentemente, um ativista cultural brasileiro disse em seu animado discurso: “Ainda temos hoje a mentalidade medieval de transformar os cinemas em igrejas”. Afirmação no mínimo divertida.

Este fenômeno de irracionalismo e preconceito (duas palavras que também servem maravilhosamente para destruir o que a priori quisermos desqualificar) é bastante corriqueiro, mesmo em tempos não-medievais...

(Gabriel Perissé. In: *As palavras não dizem tudo / ou dizem?*)

09) Considerando as ideias do texto, analise.

- I. O autor mostra que a palavra medieval é comumente usada pejorativamente.
- II. É correto atribuir à Idade Média a transformação de cinemas em igrejas.
- III. Para o autor, o uso corriqueiro do termo medieval com sentido pejorativo é irracional e preconceituoso.
- IV. “Medievalistas” são aqueles que viveram na Idade Média.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II
- B) I, III
- C) II, III
- D) I, IV
- E) I, III, IV



CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO/ES

10) Assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Em “É um retorno à Idade Média” (2º§) e em “rótulo” (3º§), as aspas são usadas pela mesma razão.
- () A oração “que tanto deve à Idade Média” (2º§) é uma subordinada adjetiva restritiva.
- () Em “quando queria condenar” (1º§), a expressão destacada indica tempo.
- () O sujeito do verbo “esbanjava” em “que esbanjava” (1º§) é “Miguel de Unamuno”.

A sequência correta está em

- A) V, F, F, V B) F, F, V, V C) F, F, V, F D) F, V, V, F E) V, F, V, V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) A Constituição da República Federativa do Brasil trata no seu Título I dos Princípios Fundamentais. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito.
- D) Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil estão o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) A não intervenção é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

12) Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sem que possa ser feita qualquer exigência em lei.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular, nem é assegurada ao proprietário indenização.
- C) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros por tempo indeterminado.
- E) A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

13) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, são bens da União, EXCETO:

- A) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- B) As ilhas costeiras que contenham sede de Municípios e não sejam afetadas a serviço público e à unidade ambiental.
- C) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- E) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

14) NÃO compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) proteção à infância e à juventude.
- C) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- D) registros públicos.
- E) produção e consumo.

15) Sobre o Poder Legislativo e o Processo Legislativo, na Constituição da República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar que

- A) recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- B) a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- C) a lei ordinária disporá sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- D) a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- E) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.



CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO/ES

- 16) A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por**
- A) dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - B) maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - C) maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal a promulgará.
 - D) maioria relativa dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - E) dois terços dos membros da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal a promulgará.
- 17) Sobre o tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá aos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.**
- A) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
 - B) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - D) A lei orgânica do Município deverá prever o julgamento do Prefeito perante o Tribunal Regional Federal nos crimes comuns.
 - E) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do município.
- 18) São hipóteses que admitem a intervenção do Estado em seus Municípios, EXCETO:**
- A) Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, pois dois anos consecutivos, a dívida fundada.
 - B) O Tribunal de Justiça der provimento a representação para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - C) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - D) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino, nas ações e serviços públicos de saúde e nos relativos à criança e adolescentes.
 - E) O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual.
- 19) Se alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configurando**
- A) estado de perigo.
 - B) lesão.
 - C) dolo.
 - D) erro.
 - E) fraude contra credores.
- 20) Sobre a invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o disposto no Código Civil.**
- A) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - B) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
 - C) A invalidade do instrumento não induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.
 - D) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
 - E) É nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.
- 21) Sobre o Direito das Obrigações, no Código Civil, é INCORRETO afirmar que**
- A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
 - B) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do credor.
 - C) na solidariedade ativa, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
 - D) na solidariedade passiva, o devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro codevedor.
 - E) salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.
- 22) O Código Civil prevê expressamente como Direitos Reais, EXCETO:**
- A) A propriedade.
 - B) A superfície.
 - C) A posse.
 - D) A anticrese.
 - E) O direito do promitente comprador do imóvel.



CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO/ES

- 23) De acordo com o Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em**
A) um ano. B) dois anos. C) três anos. D) quatro anos. E) cinco anos.
- 24) O Código Civil estabelece, expressamente, que é obrigatório o regime da separação de bens no casamento**
A) da pessoa maior de 60 anos.
B) da pessoa maior de 65 anos.
C) das pessoas que o contraírem sem as causas suspensivas da celebração do casamento.
D) da pessoa maior de 70 anos.
E) de todos os que não dependerem, para casar, de suprimimento judicial.
- 25) De acordo com o Código de Processo Civil NÃO haverá resolução de mérito, quando**
A) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
B) o réu reconhecer a procedência do pedido.
C) as partes transigirem.
D) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
E) o autor desistir da ação.
- 26) De acordo com o Código de Processo Civil, o pagamento do credor far-se-á pelo(a), EXCETO:**
A) Alienação por iniciativa particular. D) Usufruto do bem imóvel.
B) Entrega do dinheiro. E) Usufruto de empresa.
C) Adjudicação dos bens penhorados.
- 27) Sobre mandado de segurança, analise.**
I. Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
II. Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
III. O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória lhe houver apreciado o mérito.
Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)
A) I B) II C) III D) I, II E) II, III
- 28) Sobre a ação popular, analise.**
I. O Ministério Público pode ajuizar ação popular para garantir direitos ao consumidor.
II. Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
III. Das decisões interlocutórias cabe recurso de apelação.
Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)
A) I B) II C) III D) I, II E) II, III
- 29) Sobre a Ação Civil (Lei nº.7347, de 24 de julho de 1985), assinale a alternativa INCORRETA.**
A) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
B) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
C) A Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar.
D) O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
E) Os órgãos privados legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações.
- 30) Sobre as licitações, é INCORRETO afirmar que**
A) as fundações públicas não estão sujeitas à Lei de Licitações (Lei 8666/1993).
B) o leilão é uma modalidade de licitação.
C) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis às pessoas os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
D) para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, dentre outros itens, a regularidade fiscal e trabalhista.
E) o leilão pode ser cometido a leiloeiro ou a servidor designado pela Administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.
- 31) Estatui a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429, de 2 de junho de 1992) que o requerido será citado para contestar o pedido no prazo de**
A) 10 dias. B) 15 dias. C) 20 dias. D) 25 dias. E) 30 dias.



32) Sobre a inexecução e rescisão dos contratos administrativos, analise.

- I. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- II. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- III. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado não constituem motivo para a rescisão do contrato.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I B) II C) III D) I, II E) II, III

33) Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Dentre outras hipóteses, extingue-se a concessão por falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
- B) A assunção do serviço não autoriza a ocupação das instalações e a utilização de poder concedente, de todos os bens reversíveis.
- C) Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.
- D) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- E) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

34) São requisitos caracterizadores da relação de emprego, EXCETO:

- A) Trabalho por pessoa física.
- B) Não-eventualidade.
- C) Independência.
- D) Onerosidade.
- E) Subordinação.

35) Sobre a audiência de julgamento na justiça do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No caso de reclamações plúrimas, os empregados devem estar presentes pessoalmente em qualquer caso.
- B) O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação.
- C) O não comparecimento do reclamado importa revelia, além da confissão quanto à matéria de fato.
- D) Aberta a audiência, o juiz proporá a conciliação.
- E) O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

36) Na justiça do trabalho os embargos de declaração deverão ser opostos em

- A) dois dias. B) três dias. C) quatro dias. D) cinco dias. E) dez dias.

37) NÃO é uma exceção ao princípio da anterioridade tributária o

- A) imposto de importação.
- B) imposto sobre produtos industrializados.
- C) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- D) imposto sobre exportação.
- E) empréstimo compulsório para calamidade pública ou guerra externa.

38) EXCLUEM o crédito tributário o(a)

- A) o pagamento e a compensação.
- B) a transação e a remissão.
- C) a isenção e a anistia.
- D) a prescrição e a decadência.
- E) a moratória e o depósito do seu montante integral.

39) Em relação à administração tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A nulidade da inscrição da dívida ativa pode ser sanada até a decisão de segunda instância.
- B) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- C) A data em que foi inscrita é um dos requisitos do tempo de inscrição da dívida ativa.
- D) Tem os mesmos efeitos de negativa a certidão de que consta a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
- E) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO/ES

40) Sobre a execução fiscal, analise.

- I. A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez. Tal presunção é relativa.
- II. A petição inicial e a certidão de dívida ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.
- III. O despacho do juiz que ordenar a citação, interrompe a prescrição.
- IV. Na execução por carta, os embargos serão sempre oferecidos no juízo deprecante.
- V. O juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não forem localizados bens do devedor. Em nenhuma hipótese se admitirá o arquivamento dos autos.

Estão corretas apenas as afirmativas

A) I, II, III

B) I, II, IV

C) I, II, V

D) III, IV, V

E) II, III, IV, V

